



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 1180767 de 30/04/2026
Edição Eletrônica nº 22744



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

Balancos Patrimoniais			
Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.007.029	2.295.941
Contas a receber	5	2.522.472	2.284.715
Estoques	6	592.905	385.494
Outros créditos		146.767	149.833
Partes relacionadas	12	841.757	434.064
Depósitos judiciais	13	2.500	65.965
Contratos de gestão	3m	25.224.422	9.166.046
Total do Ativo Circulante		30.337.852	14.782.058
Não Circulante			
Partes relacionadas	12	769.454	647.306
Imobilizado - Próprio	7	371.502	369.563
Total do Ativo não Circulante		1.140.956	1.016.869
Total do Ativo		31.478.808	15.798.927
Passivo e Patrimônio Social			
Circulante			
Fornecedores	8	1.317.301	1.332.574
Obrigações trabalhistas	9	1.491.121	1.406.767
Obrigações sociais	10	297.890	295.310
Obrigações fiscais		60.046	87.220
Outras contas a pagar	11	26.032	52.215
Partes relacionadas	12	65.758	54.521
Contratos de gestão	3m	25.224.422	9.166.046
Total do Passivo Circulante		28.482.570	12.394.653
Não Circulante			
Provisões para contingências	13	421.565	905.392
Total do Passivo não Circulante		421.565	905.392
Patrimônio Social			
Patrimônio social		2.498.882	2.745.127
Superávit (déficit) acumulado		75.791	(246.245)
Total do Patrimônio Social		2.574.673	2.498.882
Total do Passivo e Patrim. Social		31.478.808	15.798.927

Demonstrações dos Fluxos de Caixas			
	2025	2024	
Atividades Operacionais			
Superávit / (Déficit) do Exercício	75.791	(246.245)	
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa			
Depreciação/Amortização	60.407	49.235	
Rev. de provisões para Contingências	(483.827)	247.716	
Superávit / (Déficit) do Exercício Aj. (Aumento) / Redução do Ativo	(347.629)	50.706	
Contas a Receber	(237.757)	(333.491)	
Estoques	(207.411)	(55.049)	
Outros Créditos	3.066	(94.325)	
Depósitos Judiciais	63.465	(45.017)	
Aumento / (Redução) do Passivo			
Fornecedores	(15.273)	136.323	
Obrigações Trabalhistas	84.354	147.368	
Obrigações Sociais	2.580	48.850	
Obrigações Fiscais	(27.174)	689	
Outras Contas a Pagar	(26.183)	15.198	
Fluxo de Caixa Gerado / (Cons.) pela Atividade Operacional	(707.962)	(128.748)	
Atividades de Investimento			
Aquis. de Ativo Imobilizado e Intangível	(62.346)	(106.166)	
Baixas de Ativo Imobiliz. e Intangível	-	-	
Fluxo de Caixa Consumido pela Atividade de Investimento	(62.346)	(106.166)	
Atividades de Financiamento			
Partes Relacionadas	(518.604)	(266.971)	
Fluxo de Caixa Gerado / (Consum.) pela Atividade de Financiamento	(518.604)	(266.971)	
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.288.912)	(501.885)	
No início do exercício	2.295.941	2.797.826	
No fim do exercício	1.007.029	2.295.941	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	(1.288.912)	(501.885)	

Demonstrações de Resultados			
	2025	2024	
Receitas Operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS	28.461.228	28.183.826	
Serv. prestados conv. e particul.	40.774	75.337	
(-) Glosas	-	(546.298)	
Receita Líquida	28.502.002	27.712.865	
Custos			
Serviços de terceiros	(12.638.561)	(12.403.762)	
Pessoal e encargos	(9.110.479)	(8.516.241)	
Materiais e medicamentos	(2.928.991)	(2.898.845)	
Superávit / (Déficit) Líquido	3.823.971	3.894.017	
Despesas			
Pessoal e encargos	(2.277.620)	(2.129.060)	
Serviços de terceiros	-	-	
Impostos, taxas e contribuições	(25.678)	(23.715)	
Depreciação/amortização	(60.407)	(49.235)	
Desp. gerais e administrativas	14 (2.130.877)	(2.170.176)	
(Déficit) antes do Res. Financeiro	(670.611)	(478.169)	
Financeira Líquidas			
Despesas financeiras	(26.904)	(17.673)	
Receitas financeiras	130.793	143.130	
Déficit antes de Outras Desp. e Rec.	(566.722)	(352.712)	
Outras Despesas e Receitas			
Doações e subvenções	-	330	
Outras receitas e despesas	642.513	106.137	
Superávit / (Déficit) do exercício	75.791	(246.245)	

serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Benfeitorias	10%
Instalações	10%
Instrumentos de Cirurgia	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Móveis e Utensílios Hosp.	10%
Aparelhos Telefônicos	20%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificadas, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Patrimônio Social	Superávit/ Défic. acum.	Total
Saldos em 31/12/2023	2.006.356	738.771	2.745.127
Incorp. ao Patr. Social	738.771	(738.771)	-
Super. / (Déf.) do Exerc.	-	(246.245)	(246.245)
Saldos em 31/12/2024	2.745.127	(246.245)	2.498.882
Incorp. ao Patr. Social	(246.245)	246.245	-
Super. / (Déf.) do Exerc.	-	75.791	75.791
Saldos em 31/12/2025	2.498.882	75.791	2.574.673

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional: a. Objetivos Sociais: Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça (HMMNSG) faz parte da rede pública do Município de São Francisco do Sul em Santa Catarina. O Hospital está estruturado com perfil de Hospital Geral de nível secundário de atenção, com 37 leitos. A unidade oferece assistência de média complexidade nas especialidades de cirurgia geral e ginecológica, atendimento urgência emergência nas especialidades de pediatria, obstetria e clínico geral. Conta ainda com SADT em Imagem (Raio-x e eletrocardiograma) e Laboratório de Análises Clínicas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, podendo efetuar procedimentos particulares conforme previsto em contrato. Entre as principais metas do novo contrato estão a ampliação dos indicadores de qualidade assistencial, a integração entre o hospital e a UPA, o aprimoramento dos fluxos de urgência e emergência e a redução do tempo de espera nos atendimentos. O modelo também prevê o fortalecimento das áreas de obstetria, pediatria e clínica médica, além da padronização de protocolos e investimentos em qualificação profissional. O Hospital está situado à Manoel Antônio Bueno, S/N, São Francisco do Sul - SC. **b. Contrato de Gestão:** A Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça (HMMNSG) é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 16 de outubro de 2018, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 030/2025, vigente até 31/10/2026. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCER/DCE-BAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A

Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187/2021. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: a. Declaração de Conformidade:** Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 23 de Abril de 2026. **c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos

competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2025 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** A Administração do Instituto adota dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e reconhece o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

	2025	2024
Caixa em espécie	9.018	10.444
Banco conta movimento	989.622	-
Aplic. financeiras de liquidez imediata	8.389	2.285.497
Total	1.007.029	2.295.941

7. Imobilizado:	Aparelhos Med. e Cir.		Aparelhos Telefônic.		Benfeitorias		Eq. Inform.		Instalações		Instr. de Cirurgia		Máquina e Equip.		Móveis e Utens.		Móveis e Utens. Hosp.		Total
Em 31/12/2024																			
Saldo inicial	19.640	2.703	1.231	47.961	9.773	37.976	131.726	58.453	3.169	312.632									
Aquisições	290	14.743	-	25.688	1.106	2.768	27.179	31.917	2.475	106.166									
Transferências	-	-	-	1.644	-	-	(1.644)	-	-	-									
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-									
Depreciação	(2.059)	(2.532)	(198)	(13.286)	(1.628)	(4.656)	(17.563)	(6.923)	(390)	(49.235)									
Saldo contábil líquido	17.871	14.914	1.033	62.007	9.251	36.088	139.698	83.447	5.254	369.563									
Em 31/12/2025																			
Saldo inicial	17.871	14.914	1.033	62.007	9.251	36.088	139.698	83.447	5.254	369.563									
Aquisições	12.959	-	-	3.700	-	-	32.649	10.088	2.950	62.346									
Transferências	-	-	-	6.415	-	-	(8.822)	2.407	-	-									
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-									
Depreciação	(3.219)	(3.588)	(198)	(16.563)	(1.710)	(4.854)	(19.504)	(10.172)	(599)	(60.407)									
Saldo contábil líquido	27.611	11.326	835	55.559	7.541	31.234	144.021	85.770	7.605	371.502									

8. Fornecedores:	2025	2024
	Materiais e medicamentos	45.490
Serviços	968.738	227.174
Serviços médicos	258.932	885.729
Diversos	44.141	49.228
Total	1.317.301	1.332.574

9. Obrigações Trabalhistas:	2025	2024
	Ordenados e salários a pagar	581.382
Provisão férias	822.642	750.378
Provisões FGTS s/férias	65.587	59.861
Provisão 13º salário	19.213	-
Outras provisões	2.297	-
Total	1.491.121	1.406.767

10. Obrigações Sociais:	2025	2024
	INSS a recolher	55.809
FGTS a recolher	87.493	87.700
Empréstimos FGTS	39.734	-
IRRF s/ folha a recolher	107.751	119.635
Contr. sindical	7.103	11.782
Total	297.890	295.310

11. Outras Contas a Pagar:	2025	2024
	Adiantamento de clientes	200
Outras	8.763	-
Verba piso salarial da enfermagem (i)	17.069	52.015
Total	26.032	52.215

12. Partes Relacionadas:	2025	2024
	Ativo	
UPA24h - Unidade de Pronto Atendimento	841.757	434.064
Total Circulante	841.757	434.064
UPA24h - Unidade de Pronto Atendimento	769.454	647.306
Total Não Circulante	769.454	647.306
Passivo		
Sede Administrativa	65.759	54.521
Total Circulante	65.759	54.521

As aplicações de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. Contas a Receber: O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão com a Secretaria de Saúde do Município de São Francisco do Sul - SC, conforme contrato nº 030-2025 vigente até 31/10/2026.

	2025	2024
Contrato de gestão	2.522.442	2.284.685
Clientes particulares	30	30
Total	2.522.472	2.284.715
Aging List	2025	2024
A vencer	2.522.442	2.284.685
Até 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
De 181 a 360 dias	-	-
+ de 360 dias	30	30
Total	2.522.472	2.284.715

	2025	2024
Drogas e medicamentos	173.454	140.386
Materiais de uso do paciente	211.781	111.790
Materiais de laboratório	50.077	36.793
Limpeza e higienização	43.083	33.996
Gêneros alimentícios	23.570	12.748
Fios cirúrgicos	27.017	13.024
Materiais radiológicos/imagens	-	-
Demais materiais	63.923	36.757
Total	592.905	385.494

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

O saldo a pagar em 2025 no passivo circulante de R\$ 65.759 (R\$ 54.521 em 2024), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.	2025	2024
	13. Provisões para Contingências e Depósitos Judiciais: a. Processos com prognóstico de perda provável: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos. Provável	
Cível	-	-
Trabalhista	421.565	905.392
Total	421.565	905.392

b. Processos com prognóstico de perda possível:	2025	2024
	Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores: Possível	
Cível	190.002	296.987
Trabalhista	2.227.871	1.456.023
Total	2.417.873	1.753.010

A Entidade manteve o montante de R\$ 2.500 em depósitos judiciais e/ou recursais para possibilitar o andamento dos processos e eventuais coberturas dos valores discutidos.	2025	2024
	14. Despesas Gerais e Administrativas:	
Serviços de gestão	(732.964)	(607.586)
Energia elétrica	(489.918)	(498.724)
Aluguel de máquinas	(174.842)	(157.111)
Manutenção e conservação	(135.827)	(197.198)
Combustíveis e lubrificantes	(388)	-
Provisão para contingências	(178.218)	(364.365)
Outros	(418.720)	(345.192)
Total	(2.130.877)	(2.170.176)

15. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas,

está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2025	2024
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	2.083.902	2.010.088
INSS	2.083.902	2.010.088
COFINS	855.060	847.775
COFINS	855.060	847.775
Total	2.938.962	2.857.863

16. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2025	2024
Aplic. financeiras de liquidez imediata	8.389	2.285.497
Contas a receber	2.522.472	2.284.715
Total ativos financeiros	2.530.861	4.570.212
Fornecedores	1.317.301	1.332.574
Total passivos financeiros	1.317.301	1.332.574

17. Gestão de Riscos: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **18. Eventos Subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras que requerem divulgações.

São Francisco do Sul - SC, 23 de Abril de 2026.

Rodrigo Fröhlich - Diretor Executivo - CPF: 094.129.927-93
Ediane Pacheco Lemos - Contadora - CRC- SP-324161/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações financeiras

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH. Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça. São Francisco do Sul - SC. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética

Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Imobilizado de gestão:** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente, quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Transações com partes relacionadas:** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 22 de abril de 2025, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os

responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 23 de abril de 2026.